

Catálogo: Cleide de Albuquerque Moreira
Bibliotecária/CRB 1100
Revisão final: Karla Bento de Carvalho
Projeto Gráfico: Fernando Salleri Silva

Dados Internacionais de catalogação
Biblioteca "Curt Nimuendajú"

CADERNOS DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA. 3º GRAU IN-
DÍGENA. Barra do Bugres: Unemat, v. 1, n. 1, 2002. -

Semestral

ISSN 1677-0277

1. Educação Escolar Indígena I. Universidade do Estado de Mato
Grosso II. Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso III.
Departamento de Documentação / FUNAI.

CDU 572.95 (81) : 37

UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso

Coordenação do 3º Grau Indígena

Campus Universitário de Barra do Bugres

Caixa Postal nº 92

78390-000 - Barra do Bugres/MT - Brasil

Telefone: (65) 361-1964

indlibb@vspmail.com.br

SEDOC/MT - Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso

Superintendência de Desenvolvimento e Formação de

Professores na Educação

Travessa B, S/N - Centro Político Administrativo

78055-917 - Cuiabá/MT - Brasil

Telefone: (65) 613-1021

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

Departamento de Educação

DEDOC - Departamento de Documentação

SEPS Q. 702/902 - Ed. Lax - 1º Andar

70380-025 - Brasília/DF - Brasil

Telefone: (61) 313-3730/225-5128

dedoc@funai.gov.br

A TRAJETÓRIA DA LIBERDADE

*Andria Inácio Belforte**

Quando completei oito anos de idade, meu pai chamou-me um certo dia e me falou:

- "Filha, você já está uma mocinha e precisa começar a ir para a escola, pois precisa aprender a escrever".

Falava de uma escola que o estado/RS, havia construído para nós dentro da nossa aldeia, lá pelos anos 50, na reserva indígena Correteiro, município de Água Santa, no Rio Grande do Sul, aldeia natal da minha mãe, onde nasci.

Na manhã seguinte, lá fomos nós, eu e meu pai, para me apresentar ao professor e, provavelmente, efetuar a minha matrícula. Agarrada na mão de meu pai, eu ia feliz, com meu primeiro caderninho, que minha mãe colocava dentro de um saco plástico, juntamente com um lápis, com uma borrachinha branca acoplada à ponta do lápis preto. Não podia imaginar que aquela alegria, logo se tornaria o meu primeiro pesadelo a caminho da minha formação.

Meu pai cuidou de tudo, depois me deixou na escola e voltou para casa. Meu professor, que não era índio, me levou até a classe, como era chamada pelos brancos. Nos bancos sentavam duas crianças cada, e começou a falar comigo, mas eu não entendia nada, quanto mais ele tentava se comunicar comigo, mais assustada eu ficava. Sai correndo da sala, chorando desesperada, tomei o caminho de

* Acadêmica do 3º Grau Indígena, pertencente à etnia Kalíngang, do estado do Rio Grande do Sul.

volta para minha casa.

Nos próximos dois anos, em vão meu pai tentou me fazer voltar para a escola, mas não me convenceu. No decorrer deste tempo, eu já havia aprendido a falar algumas palavras em Português, então aceitei voltar para a escola. Apesar de ainda enfrentar muitas dificuldades de comunicação, com 16 anos terminei a 5ª série, chamado de curso primário.

Meu pai quis voltar para sua aldeia, que ficava distante 36 Km, chamada Ligeiro, município de Charrua - RS, tínhamos lá muitos parentes e todos conheciam meu pai, que era natural de lá.

Quando eu me preparava para fazer o chamado Exame de Admissão, para prosseguir meus estudos no ginásio, de 6ª a 8ª série, o servidor da FUNAI responsável pela nossa reserva mandou chamar meu pai, que, chegando lá, recebeu a "ordem" para que me preparasse que em poucos dias a FUNAI me levaria para um colégio interno, em outra reserva indígena, chamada Guarita, localizada no município de Tenente Portela – RS.

Lá, a FUNAI, em convênio com a IECLB (Igreja de Confissão Luterana do Brasil), tinha criado uma escola para formar monitores bilingües, em nível de 1º Grau, chamado CTPEC, (Centro de Treinamento Profissional Clara Comarão), e era para lá que tinham me levar.

Quando meu pai voltou e contou para minha mãe e eu, ele não conseguiu esconder sua tristeza e nem as lágrimas que molharam seu rosto. Nós, Kaingáng, não nos separamos assim de nossos filhos, principalmente da filha muíther, que mesmo depois de casada pode continuar morando com os pais.

Fiquei tentada a não ir, mas certamente meu pai seria responsabilizado e penalizado. Outros dois rapazes que

também já haviam terminado a 5ª série tinham sido "convocados", então já não iria sozinha, agora éramos três Kaingáng daquela aldeia, fiquei mais encorajada.

Assim, no começo do ano de 1970, tivemos a nossa aula inaugural, com muitas autoridades presentes e mais ou menos 30 jovens Kaingáng, fardados e perfilados, cantaram o Hino Nacional. Até este momento não sabíamos por que estávamos ali, ninguém nos dava nenhuma explicação.

Hoje, recordando aqueles momentos, penso que ali viramos uma página da nossa história, para nós mesmos escrevermos a outra "A Luta dos Professores Kaingáng".

As normas disciplinares do colégio eram muito rígidas, tínhamos horário marcado para tudo, nos tornamos escravos do relógio.

O frio chegou, aumentando ainda mais a saúde de casa, do calor humano das famílias e do fogo no chão, mas não podíamos fazer fogo para nos aquecer, porque eles diziam que a fumaça fedia nas nossas roupas e cabelos.

Escrevia para meu pai, dizendo que estava sofrendo muito e passando fome, que viesse me buscar, mas tínhamos que entregar a nossa correspondência para a direção levar para os correios, nossas cartas eram violadas e lidas, e nunca chegaram a seus destinos.

Ainda no primeiro semestre, levaram a maioria das moças embora, deixaram apenas cinco, chorei porque não me levaram, também não sei até hoje porque fizeram isso. Sentimos muita falta delas, eram as mais velhas e com elas nós nos sentíamos mais protegidas.

Nos proibiram de falar com os nossos colegas e nos castigavam por qualquer coisa, eu então vivia de castigo, que era limpar e dormir na casa da diretora. Fazia muitas gravações da língua com ela. Não sabia por quê.

Não tínhamos o costume de comer verduras e legumes como repolho, tomate, alface etc., essas coisas, então a diretora sentava à mesa e servia uma pratinada de verdura para eu comer primeiro, depois, então, ganhava arroz, feijão e carne, se não comesse acabava ficando sem comer.

Num fim de semana, fugimos para a mata, para colher nossas verduras e legumes. Na volta não nos deixaram preparar a nossa comida nas panelas da cozinha, como se fosse algo repugnante ou prejudicial à saúde, então nos tomaram para jogar fora. Passado algum tempo, descobrimos que tinham levado as nossas folhas para análise e descobriram que as propriedades nutritivas delas superavam o espinafre, por isso, queriam saber onde encontramos para tirar as sementes. Respondemos que não era mais tempo e que não tem o tempo todo, nem tempo certo.

Aprendemos escrever nossa língua, e também recebemos aulas de dactilografia e descobrimos que a máquina escrevia em Kaingáng, ficamos tão felizes que fizemos um jornal de circulação interna para comemorar.

Final do ano de 1972, nos formamos. Foi um acontecimento nacional e internacional. Não tínhamos clareza do que isso representava para nós, nem para os brancos, mas para eles era bem claro o que queriam, nos usar enquanto alfabetizadores da língua Kaingáng e que fariam o processo de transição da língua Kaingáng para o Português em pouco tempo e então os professores brancos fariam o resto, abreviar a integração dos Kaingáng à sociedade nacional, usando os índios e sua própria língua para nos descaracterizar enquanto povo, mas não tínhamos clareza disso.

Início de 1973, através de uma portaria conjunta, a FUNAI contratou todos nós para começarmos a atuar em nossas comunidades dos três estados da Região Sul,

Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Fomos discriminados por muitos professores da FUNAI, que diziam que nós não tínhamos estudo para dar aula, que tínhamos de fazer limpeza da escola.

Foi preciso passar 10 anos para percebermos que não era essa escola que precisávamos, estava nos despidendo da nossa cultura, e não era isso que queríamos.

Precisava voltar a estudar, procurei uma escola de 2º Grau Supletivo, apresentei a documentação exigida e efetivei a minha matrícula, mas antes que começassem as aulas me chamaram na secretaria da escola, descobriram que o certificado de 1º Grau que recebi do CTPCC não era reconhecido pelo Conselho Estadual de Educação, submetteram-me a uma prova para que meus estudos fossem regularizados.

Fui aprovada e pude então cursar o 2º Grau. Em dois anos de aulas frequentadas, terminei em 1989 o Ensino Médio, corando meu sacrifício, pois trabalhava o dia inteiro na FUNAI e à noite ia para a aula, isso sem falar que, nesta época, minhas filhas eram todas pequenas.

Contudo, continuamos, eu e meu povo, sendo tratado como quem estava condenado a sempre depender dos outros. Isso começou a me inquietar e, por consequência, em 1992, cinco Kaingáng fizeram vestibular na universidade de Ijuí – RS, em cinco áreas estrategicamente escolhidas, Direito, Enfermagem, Pedagogia, Agronomia e História. Não conseguimos para Direito, mas ingressamos nas outras quatro áreas. Eu me lembro que saiu um artigo num jornal que dizia: "Índios Invadem a Universidade".

Para nossa decepção, apenas um terminou o curso, o de Enfermagem, que hoje trabalha em sua comunidade.

As causas da desistência dos outros três foram várias. Não conseguiram se acostumar na cidade e a condição

financeira era precária para permanecer estudando.

Quanto a mim, que cursava Pedagogia, tenho particularmente as minhas razões, desisti porque o que se tratava no meu curso nada tinha a ver com meus anseios e expectativas enquanto professora indígena, tinha também muita dificuldade para acompanhar a turma, era tudo muito corrido, os professores falavam demais e me perdia no meio de tantas falas, e depois, o professor sala e nem perguntava se alguém ficou com alguma dúvida, em seguida aplicava a prova. Era como se diz: "cada um por si e Deus para todos". Era assim, um querendo ser melhor que o outro. Desanimei e larguei a faculdade. Me doeu muito, porque sabia o que representava para mim e para meu povo a minha formação no 3º Grau, eu estava abrindo mão da única forma de poder ajudar a mudar o rumo da educação escolar indígena do povo Kaingáng.

Minha preocupação maior era com os professores que alfabetizavam na nossa língua, pois desde que começamos a trabalhar nunca tivemos uma pessoa preparada para nos ajudar nas nossas dificuldades na língua Kaingáng. Sentia muito não ter terminado meu curso, mesmo que não me ajudasse muito, mas estaria mais apta para fazer frente às investidas dos professores brancos.

Enquanto queríamos as garantias do ensino diferenciado para conservar a nossa cultura, não tínhamos quem nos ajudasse nas nossas dificuldades do ensino bilíngüe, propriamente dito, o que ainda estava segurando pelo menos a língua, e eu via que os professores indígenas, pelas dificuldades enfrentadas na alfabetização da língua e por falta de orientação e material didático apropriado, estavam deixando a língua e alfabetizando em Português, por ter mais recursos de que lançar mão.

Não pensava mais que pudesse ajudar os profes-

128

res Kaingáng, quem sabe algum dia alguém dos nossos chegue lá, para fazer este trabalho, mas quem sabe tarde demais, para um povo que gradativamente está deixando de falar sua língua, como é o caso do povo Kaingáng.

Assim como dentro da FUNAI existem aqueles servidores relapsos, temos a sorte que existem algumas poucas pessoas que têm uma visão diferente de nós e nos têm ajudado dentro das suas limitações. Assim sendo, alguém da FUNAI teve acesso ao material informativo sobre uma tal Universidade Indígena, e mandou-me pelo correio. Continuei a formular para inscrições, corri atrás e consegui inscrever três professores da minha aldeia, tudo na correria, pois as inscrições já estavam se encerrando.

Quando se aproximou o dia do vestibular, a FUNAI de Chapecó - SC, providenciou as nossas passagens e embarcamos rumo a Cuiabá - MT, mais precisamente para Barra do Bugres - MT, e 09 Kaingáng para pleitear 20 vagas para os outros Estados. Quando vi o Campus da UNEMAT cheio de índios das mais diferentes etnias, percebi que não iria ser fácil.

Passados alguns dias, já em minha aldeia, fui avisada que eu havia passado no vestibular. Efetuei minha matrícula por fax, e fiquei sabendo que apenas três Kaingáng tinham sido classificados, somente eu da minha aldeia.

Quando chegou o dia, viemos nós três para fazer a 1ª Etapa, outra vez estava cheia de esperança, senti mais uma vez a importância de voltar a sonhar.

Começaram as aulas. De cara, começamos a estudar as nossas origens, nossos povos, culturas e línguas, 36 etnias diferentes. Os sons de cada língua estão sendo estudados aqui. Suas representações gráficas e fonéticas. Cada etnia está descobrindo a estrutura de sua língua, etnomatemática etc. Aqui, não estamos brigando com a

129

máquina de escrever para falar Kaingâng, estamos numa verdadeira "guerra", de línguas cruzadas com o "computador", porque estamos querendo que fale não apenas Kaingâng, mas 36 línguas indígenas diferentes, faladas pelos acadêmicos do 3º Grau Indígena.

Entfim, posso dizer que estou realizando o meu maior sonho, de fazer o meu 3º Grau, e principalmente específico, porque sei que assim poderei ajudar, num futuro bem próximo, na formação do nosso povo. Posso ver jovens com orgulho de sua origem, com espírito crítico, imunes à manipulação dos brancos, com clareza das artimanhas da política indigenista quanto da política indígena e dos nossos problemas, para que, numa tarefa conjunta, possam conduzir o meu povo com segurança pelo caminho da nossa tão sonhada "autonomia intelectual".